



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO – PLS
2017



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho
Presidente

Desembargador Paulo Sérgio Pimenta
Vice-presidente

Ricardo Lucena
Diretor-Geral

Lara Cristina Nercessian de Barros
Seção de Responsabilidade Socioambiental

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Cássia Maria Sebba Kafuri

Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos

Hugo da Silva da Silva

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

José Everson Nogueira Reis

Chefe do Núcleo de Material e Logística

Lara Cristina Nercessian de Barros

Chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental

Maria José de Lourdes

Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica

APRESENTAÇÃO

A Administração pública, na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços, assume um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade.

Para atender às demandas próprias da responsabilidade socioambiental da instituição, e tendo por base a Resolução nº 201, de 3 de março de 2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a implantação do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ), o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região reestruturou o seu PLS, lançando em março de 2017 a sua terceira edição – sendo a primeira de janeiro de 2014 e a segunda de final de 2015. O documento está voltado para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, para o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e para a promoção da qualidade de vida no trabalho.

Com a elaboração e execução do PLS, o TRT da 18ª Região tem a oportunidade de instituir um programa planejado de ações de sustentabilidade que, além de atender às exigências legais, ainda promove um verdadeiro ganho institucional. O Plano tem por objetivos precípuos o combate ao desperdício e o consumo consciente de materiais, com destaque para a gestão sustentável de documentos, como a implementação do processo judicial eletrônico e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

Ressalta-se, ainda, que o PLS é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do órgão, com objetivos e responsabilidades definidas. Cada ação traz consigo metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade que objetivam uma melhor eficiência do uso dos recursos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Ao analisar os dados de consumo de materiais e serviços referentes ao ano de 2017 deste Tribunal, comparando-os ao ano de 2016, verificamos que o consumo se manteve estável em parte dos itens, ou apresentou pequenas variações para cima ou para baixo nos demais itens. Tal ocorrência está conforme as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do TRT 18, que previu para 2017 um ano de estabilização no consumo, uma vez que 2016 já havia sido um ano atípico, em que o orçamento da Justiça do Trabalho foi severamente restringido e a economia tornou-se vital naquele momento, com grande redução no consumo.

Com um orçamento um pouco mais equilibrado em 2017, os recursos também puderam ser disponibilizados com mais equilíbrio. Ainda assim, os bens e serviços continuaram sendo usados com racionalidade, a redução pôde ser percebida em itens como papel (7,25%) e combustível (13,7%). Itens como energia elétrica, água e contratos de vigilância e limpeza mantiveram-se estáveis.

METAS E INDICADORES – Em 2017, o Plano de Logística Sustentável do TRT da 18ª Região foi atualizado, momento em que foram estipulados novos objetivos e metas para até 2020, utilizando-se como referência o ano de 2015. Os indicadores referem-se aos seguintes itens: materiais de consumo (papel e copos descartáveis); impressão de documentos e equipamentos instalados; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; telefonia; vigilância; limpeza; combustível e veículos; reformas e capacitação de servidores em educação ambiental. Este Relatório Anual de Resultados é acompanhado de uma análise detalhada dos dados obtidos, bem como das ações a serem empreendidas.

Goiânia, 02 de fevereiro de 2018.

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS
ANO 2017**

	INDICADOR	RESULTADO 2015	RESULTADO 2016	RESULTA DO 2017	EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO (%)	OBJETIVO/META
2	Papel				2017/2015	
2.1	Consumo de papel não-reciclado próprio (resmas)	3.704	3.689	4032	8,86%	OBJETIVO: Racionalizar o uso de papel branco e reciclado em consonância com a virtualização de processos e diminuir o impacto ambiental e econômico do consumo do material.
2.2	Consumo de papel reciclado próprio (resmas)	3.747	2.585	1787	-52,31%	
2.3	Consumo total de papel próprio (2.1+2.2)	7451	6274	5819	-21,90%	
2.4	Consumo de papel não-reciclado contratado (resmas)	0	0	0	0	
2.5	Consumo de papel reciclado contratado (resmas)	0	0	0	0	
2.6	Consumo de papel contratado (2.4+2.5)	0	0	0	0	
2.7	Consumo de papel total (2.1+2.2+2.4+2.5)	7451	6.274	5.819	-21,90%	META: 2017 – Reduzir 18% 2018 – Reduzir 22% 2019 – Reduzir 26% 2020 – Reduzir 30% Ano de referência para os percentuais: 2015
2.8	Gasto com papel não-reciclado próprio (R\$)	R\$32.859,98	R\$39.512,00	R\$ 47.443,10	44,38%	
2.9	Gasto com papel reciclado próprio (R\$)	R\$32.202,86	R\$27.478,00	R\$ 24.741,62	-23,17%	
2.10	Gasto com papel próprio (2.8+2.9)	R\$ 65.062,84	R\$ 66.990,00	R\$ 72.184,72	10,95%	

ANÁLISE E AÇÕES

- Meta atingida. A meta de redução de 18% no consumo de papel foi superada, sendo que a redução ficou na ordem dos 23,17% em relação ao ano de 2015. O resultado positivo deve-se, sobretudo, ao gerenciamento de impressões realizado no Tribunal, normatizado pela Portaria TRT 18 GP/DG nº 2650/2017, que institui a Política de Impressão do órgão, e pela Portaria TRT 18 GP/DG Nº 30/2016, que regulamenta o uso dos equipamentos de impressão.
- Ampliação da meta. Enquanto a meta de redução de papel era de apenas 2% em 2016, para os anos de 2017 a 2020 essa meta foi largamente ampliada, com o objetivo de intensificar a redução no consumo de papel.
- Definir política de consumo de papel branco e reciclado, com a fixação do quantitativo máximo de resmas a serem entregues por unidade, com base no total consumido nos anos anteriores, visando ao atingimento do ponto de equilíbrio. Formalizar ação por meio de Portaria. Solicitar ao Setor de Almoxarifado as informações necessárias.
- Acompanhar o consumo de papel por unidade. Monitorar dados de consumo de papel e informá-los ao corpo funcional de forma periódica.
- Dar continuidade à campanha “Faça seu papel”, ação integrante do Desafio Sustentável, com premiação para as unidades que conseguirem maior índice de redução no consumo de papel, entre outros itens.
- Dar continuidade à campanha para configuração das impressoras no padrão frente e verso, por meio do PaperCut, software gerenciador de impressão.
- Promover campanha de sensibilização para consumo consciente de papel para impressão, incluindo o reaproveitamento de papel para nova impressão e para blocos de anotações.

3	Copos descartáveis					OBJETIVO: Eliminar o consumo de copo descartável pelo corpo
3.1	Consumo de copos descartáveis para água (centos)	8.372	3.090	4.650	-44,46%	
3.2	Consumo de copos descartáveis para café (centos)	1.634	115	1.153	-29,44%	
3.3	Consumo de copos descartáveis	10006	3205	5.803	-42,00%	

	total					funcional e reduzir o seu uso pelo público externo, buscando a economia dos gastos públicos, a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida no trabalho. META: 2017 – Reduzir 20% 2018 – Reduzir 25% 2019 – Reduzir 30% 2020 – Reduzir 35% Ano de referência para os percentuais: 2015
3.4	Gasto com copos descartáveis para água (R\$)	R\$18.895,66	R\$6.035,78	R\$ 8.373,81	-55,68%	
3.5	Gasto com copos descartáveis para café (R\$)	R\$2.202,99	R\$161,00	R\$ 979,32	-55,55%	
3.6	Gasto total com aquisição de copos descartáveis (R\$)	R\$ 21.098,65	R\$ 6.196,78	R\$ 9.353,13	-55,67%	

ANÁLISE E AÇÕES

- Meta atingida. A meta de redução de 20% no consumo de copos descartáveis foi superada, sendo que a redução ficou na ordem dos 42% em relação ao ano de 2015. O resultado positivo deve-se, sobretudo, ao gerenciamento na distribuição de copos descartáveis, limitando às unidades que fazem atendimento ao público externo. A campanha teve início em 2014.
- Ampliação da meta. A meta de redução de copos descartáveis era de apenas 2% em 2016, sendo que para os anos de 2017 a 2020 essa meta foi largamente ampliada, com o objetivo de intensificar a redução no consumo desse material.
- Identificar o ponto de equilíbrio no consumo de copos descartáveis no âmbito do Tribunal.
- Manter a distribuição de copos descartáveis com base na existência de atendimento ao público externo. O objetivo é eliminar o fornecimento de copos descartáveis para as unidades que não fazem esse atendimento.
- Promover campanha para estimular o uso do copo de vidro ou de outros materiais duráveis trazidos pelo próprio servidor.

	Água envasada em embalagem plástica					
4.1	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral (unidades)	0	0	0	0	
4.2	Consumo de embalagens retornáveis para água mineral (unidades)	9.603	5330	3591	-62,61%	
4.3	Gasto com água mineral em embalagens descartáveis (R\$)	0	0	0	0	
4.4	Gasto com água mineral em embalagens retornáveis (R\$)	R\$43.213,50	R\$19.667,70	R\$ 28.728,00	-33,52%	

ANÁLISE E AÇÕES

- O Tribunal deu início à instalação de bebedouros e filtros purificadores de água encanada em unidades da Capital e do interior, de forma a diminuir o uso de galões de 20 litros retornáveis. A ação tem se mostrado bastante satisfatória, portanto, será continuada.

5	Impressão de documentos e equipamentos instalados					
5.1	Quantidade de impressões	3.886.309	3.212.749	3.599.595	-7,38%	OBJETIVO: Tornar mais eficiente o uso de impressoras, avaliar a real necessidade dos postos de impressão e efetuar a devolução dos equipamentos ociosos com vistas à redução de gastos com o serviço.
5.2	Quantidade de equipamentos de impressão	536	473	464	-13,43%	
5.3	Gasto com aquisições de suprimentos (R\$)	R\$9.349,83	R\$33.923,80	R\$ 77.775,80	731,84%	
5.4	Gasto com aquisição de impressoras (R\$)	0	0	0	0	
5.5	Gasto com contratos de terceirização de impressão (R\$)	R\$731.745,70	R\$564.681,48	R\$ 503.585,39	-31,18%	

ANÁLISE E AÇÕES

- O gerenciamento de impressões e de equipamentos instalados no âmbito do Tribunal apresentou um pequeno aumento em 2017 em relação a 2016. Tal fato deve-se ao forte contingenciamento exercido em 2016, ano dos cortes orçamentários para a Justiça do Trabalho. Naquele ano, foi alcançado um elevado índice de redução no número de impressões, bem como retirada de circulação de grande quantidade de equipamentos de impressão. Também as impressões de cunho particular, proibidas no TRT 18ª, foram praticamente eliminadas com o gerenciamento. Pretende-se, para 2018, continuar o gerenciamento de impressões, bem como sensibilizar o público-alvo para a importância do uso racional do recurso, reduzindo o número de impressões.
- Em 2017, foi publicada a Portaria TRT 18ª GP/DG nº 2650/2017, que implementou a Política de Impressão neste Tribunal, limitando a quantidade de impressoras para cada unidade e incentivando o uso adequado dos recursos de impressão, com o objetivo de reduzir o custo das atividades e propagar a cultura do não desperdício.
- Dar continuidade aos relatórios de impressão elaborados por unidade e por usuário, por meio do PaperCut, software gerenciador de impressão instalado nas impressoras da Capital e do interior. Encaminhar relatório aos gestores para validação.

6	Telefonia					
6.1	Gasto com telefonia fixa (R\$)	R\$594.407,95	R\$111.405,16	R\$ 104.670,87	-82,39%	OBJETIVO: Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel e tornar
6.2	Linhas telefônicas fixas (linhas)	639	1.026	1.043	63,22%	
6.3	Gasto relativo com telefonia fixa (6.1/6.2)	930,21	108,58	100,36	-89,21%	

6.4	Gasto com telefonia móvel (R\$)	R\$451.152,04	R\$253.955,58	R\$ 579.949,12	28,55%	mais eficiente o seu uso.
6.5	Linhas telefônicas móveis (linhas)	194	124	226	16,49%	META: Para 2016, reduzir em 60% o gasto com telefonia fixa e móvel em relação ao ano anterior. Para os anos seguintes, manter o índice atingido, desde que observados os reajustes do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).
6.6	Gasto relativo com telefonia móvel (6.4/6.5)	2325,53	2048,03	2566,15	10,35%	
	Quantidade de linhas totais	833	1150	1269	52,34%	

ANÁLISE E AÇÕES

- A meta foi atingida parcialmente. Em relação aos gastos com telefonia fixa, a meta foi atingida e superada, com redução superior a 82% em 2017, tendo 2015 como ano de referência. Porém, com relação aos gastos com telefonia móvel, houve um acréscimo de 28,55%. Tal elevação de gastos deve-se à alteração na forma de disponibilização do serviço, passando de contrato com as operadoras para a indenização ao usuário do serviço (magistrado e servidor). A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável e o Grupo de Trabalho para Análise da Eficiência dos Gastos elaboraram estudos e propostas para corrigir tal aumento no consumo. A proposta, atualmente em análise, prevê a redução no valor pago a título de indenização por uso de telefonia móvel.
- A redução nos gastos com telefonia fixa é fruto da implementação da tecnologia VoIP em 2016, medida que foi intensificada em 2017 e será mantida em 2018.
- Para os anos seguintes, o objetivo é manter o bom resultado alcançado com telefonia fixa, desde que observados os reajustes do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

7	Energia elétrica					
7.1	Consumo de energia elétrica (kWh)	5.168.108	3.872.221,91	3.848.534	-25,53%	OBJETIVO: Tornar mais eficiente o consumo de energia elétrica, incentivando o uso sustentável dos recursos, a conservação do meio ambiente e a redução de gastos. META: 2017 – Reduzir 25% 2018 – Reduzir 25% 2019 – Reduzir 25% 2020 – Reduzir 25% Ano de referência para os percentuais: 2015
7.2	Gasto com energia elétrica (R\$)	R\$3.524.121,98	R\$2.486.350,42	R\$ 2.611.386,53	-25,90%	
7.5	Negociação tarifária	Possui tratativa com as concessionárias de energia do tipo "Hora Sazonal Verde" nos seguintes imóveis: 1) Capital: Fórum Trabalhista de Goiânia, Edifício Ialba-Luza e Anexo da Portugal; 2) Interior: Varas do Trabalho das cidades de Valparaíso, Uruaçu, Itumbiara e Anápolis.	Foram concluídas as tratativas com a CELG Distribuidora S.A. - CELG D, readequando o enquadramento tarifário da estrutura "Hora Sazonal Verde" dos seguintes imóveis: 1) Fórum Trabalhista de Goiânia/Edifício Ialba-Luza; 2) Edifício Anexo; 3) Foro Trabalhista de Anápolis; 4) Foro Trabalhista de Aparecida de Goiânia; 5) Foro Trabalhista de Itumbiara; 6) Foro Trabalhista de Rio Verde; 7) Vara do Trabalho de Uruaçu; 8) Vara do Trabalho de Valparaíso de Goiás; 9) Vara do Trabalho de Posse.	Foram realizadas junto a CELG Distribuidora S.A. - CELG D a readequação da modalidade tarifária da unidade consumidora nº 1390138504 (VT Mineiros), para Horassazonal verde, bem como assinado o contrato de demanda para a unidade consumidora nº 10024268087 (VT Goianésia), nessa mesma modalidade.		

			Foi concluída a instalação de 24 placas fotovoltaicas no telhado da sala de treinamento da Escola Judicial, no 9º andar do prédio do Fórum Trabalhista de Goiânia, para captação de energia solar.			
--	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE E AÇÕES

- Foi atingida a meta de manter, em 2017, a extraordinária redução de 25% no consumo de energia alcançada em 2016.
- Em relação ao consumo de energia elétrica, o grande ganho em economia deu-se pela mudança de horário de funcionamento do Tribunal. Ao encerrar suas atividades às 17 horas, a instituição evitou o horário de pico, quando a energia elétrica é mais cara, o que ocorre a partir das 18 horas.
- Para 2018, a Alta Administração estuda ampliar o horário de atendimento ao público para até as 18 horas, sendo fechado impreterivelmente neste horário, de forma a continuar evitando o horário de pico.
- Redução do número de frigobares, refrigeradores e fornos elétricos instalados na 18ª Região.
- Substituir gradativamente lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, à medida que as lâmpadas atualmente em uso forem sendo inutilizadas.
- Promover campanhas de sensibilização quanto ao uso consciente e responsável de energia elétrica nas dependências dos imóveis da 18ª Região, sobretudo em relação a elevadores, luminárias, condicionadores de ar e eletroeletrônicos.

8.1	Consumo de água (m³)	27.294	20.490	20.344	-25,46%	OBJETIVO: Reduzir o gasto com água, tornar mais eficiente o seu consumo e incentivar o uso sustentável do recurso, a conservação do meio ambiente e a redução de gastos. META: 2017 – Reduzir 25% 2018 – Reduzir 25% 2019 – Reduzir 25% 2020 – Reduzir 25% Ano de referência para os percentuais: 2015
8.2	Gasto com água (R\$)	R\$327.460,34	R\$305.959,78	R\$ 327.000,24	-0,14%	

ANÁLISE E AÇÕES

- Foi atingida a meta de manter, em 2017, a extraordinária redução de 25% no consumo de água alcançada em 2016.
- A meta foi, ainda, superada em 2017, com uma redução de quase 1% em relação a 2016 quanto a metros cúbicos consumidos. Porém, em relação a valores, o aumento da tarifa da água influenciou na alta do total pago em 2017 comparado a 2016.
- A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável aprovou a continuidade do trabalho de manutenção preventiva de torneiras e descargas, por meio de avaliação periódica nos imóveis do Tribunal, com o objetivo de verificar possíveis vazamentos ou outras

ocorrências.

- Acompanhar e avaliar, por meio de relatórios semestrais, o uso de sistemas de captação da água da chuva para utilização em irrigação, lavagem de veículos e outros fins.
- Promover campanhas de sensibilização quanto ao uso da água.

9	Gestão de resíduos					
9.1	Destinação de papel (kg)	31.296	30.248	75.897,40	142,51%	OBJETIVO: Dar continuidade e aperfeiçoar a coleta seletiva solidária no âmbito do TRT da 18ª Região, conforme prevê a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e demais legislações sobre o tema. META: Destinar 100% dos resíduos recicláveis ou reaproveitáveis descartados nos imóveis Fórum Trabalhista
9.2	Destinação de plásticos (kg)	298	1.296	334	12,08%	
9.3	Destinação de metais (kg)	0	0	111	0	
9.4	Destinação de vidros (kg)	0	0	95	0	
9.5	Coleta geral (kg)	0	0	0	0	
9.6	Total de materiais destinados à reciclagem (9.1+9.2+9.3+9.4)	31.594	31544	76.437	141,94%	
9.7	Destinação de resíduos de informática (kg)	14,30	5,44			
9.8	Destinação de suprimentos de impressão (unidades)	0	0	0	0	
9.9	Destinação de pilhas e baterias (kg)	105,12	74,19	65,79	-37,41%	
9.10	Destinação de lâmpadas (unidades)	0	1.000	1.500		
9.11	Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)	0	0	1.120		
9.12	Destinação de resíduos de obras e reformas (m³)	0	0	0		

						de Goiânia e Ialba-Luza às cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou a entidades similares
--	--	--	--	--	--	--

ANÁLISE E AÇÕES

- A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável pretende fazer um levantamento dos resíduos gerados pelo Tribunal, bem como o monitoramento da separação dos resíduos recicláveis. Atualmente, todo resíduo reciclável separado no âmbito das unidades da Capital é encaminhado às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- Em 2017, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre o TRT 18ª e as centrais de cooperativas de catadores de materiais recicláveis CECOOREG E UNIFORTE. O Acordo tem por objeto a destinação de materiais descartáveis não classificados como perigosos, tais como papel, papelão, plástico, vidro, metais, equipamentos eletrônicos inservíveis às associações e cooperativas de catadores, para fins de reciclagem.
- Realizar campanha e treinamento do público interno sobre a correta separação dos resíduos a partir de matérias na intranet e oficinas com especialistas no tema.
- Dar continuidade ao treinamento em coleta seletiva para os terceirizados do Tribunal a partir de oficinas com especialistas no tema.

10	Reformas					
10.1	Gastos com reforma (R\$)	R\$3.600.000,00	R\$ 2.900.000,00	R\$ 1.758.098,69	-39,38%	OBJETIVO: Incluir critérios de sustentabilidade nas construções e reformas dos imóveis do Tribunal, reduzindo despesas e contribuindo para

						a conservação do meio ambiente. —
--	--	--	--	--	--	--------------------------------------

ANÁLISE E AÇÕES

- Continuar com o trabalho de inclusão de critérios de sustentabilidade na elaboração de projetos e na contratação de serviços de arquitetura e engenharia.
- Incluir também critérios de acessibilidade.

11	Limpeza					
11.1	Gastos com contratos de limpeza no período-base (R\$)	R\$ 3.041.248,14	R\$3.764.742,96	R\$ 3.568.599,20	17,34%	OBJETIVO: Avaliar o gasto com limpeza, incentivando o uso sustentável dos recursos e a conservação do meio ambiente. Avaliar a necessidade dos postos contratados e analisar o valor de repactuação em relação ao valor atual de mercado.
11.2	Área contratada (m²)	100.186,20	99.818,00	79051,96	-21,09%	
11.3	Gastos com contratos de limpeza no período de referência (R\$)	R\$ 7.076.154,76	R\$ 3.041.248,14	R\$ 3.764.742,96	-46,80%	
11.4	Gasto com material de limpeza	0	0	0	0	

ANÁLISE E AÇÕES

- Verifica-se uma redução no valor gasto com contratos de limpeza em 2017 com relação a 2016. Porém, com relação a 2015, ano

usado como referência para a fixação de metas, o valor ainda ficou superior em 17,34%. Por outro lado, a área contratada foi reduzida em 21,09%.

- Solicitar relatório anual à unidade competente, contendo análise de atividades de limpeza, como: prazo entre as lavagens de veículos, limpeza diária do edifício (banheiros, pisos em geral, vidraças, calhas, etc) e regas das plantas, visando ao aprimoramento do serviço e redução do impacto ambiental.
- Avaliar a real necessidade dos postos contratados e realizar pesquisa de preços para verificação dos valores atuais de mercado.

12	Vigilância					
12.1	Gastos com contratos de vigilância armada no período-base (R\$)	R\$ 6.813.238,37	R\$ 3.778.605,48	R\$ 3.615.070,80	-46,94%	OBJETIVO: Avaliar a necessidade dos postos contratados e analisar o valor de repactuação em relação ao valor atual de mercado.
12.2	Quantidade de postos de vigilância armada (postos)	64	63	70	9,38%	
12.3	Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base (R\$)	R\$ 507.320,68	R\$ 610.705,80	R\$ 762.649,58	50,33%	
12.4	Quantidade de postos de vigilância desarmada (postos)	12	18	12	0,00%	

ANÁLISE E AÇÕES

- Houve uma significativa redução nos gastos com vigilância armada, na ordem dos 46,94% em 2017 com relação a 2015. O valor gasto em 2017 mantém-se equilibrado desde 2016.
- Promover avaliação sobre a real necessidade dos postos contratados.
- Solicitar relatório anual à unidade competente, contendo pesquisa de preços para verificação dos valores atuais de mercado.

13	Veículos					
13.1	Quilometragem	43.206,41	265.680	281.282	5,87%	

13.2	Quantidade de veículos a gasolina	9	9	2	-77,78%	OBJETIVO: Racionalizar o uso de veículos e o consumo de combustíveis, reduzindo gastos e contribuindo para a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera.
13.3	Quantidade de veículos a etanol	0	0	0	0	
13.4	Quantidade de veículos flex	24	23	23	-4,17%	
13.5	Quantidade de veículos a diesel	4	5	2	-50,00%	
13.6	Quantidade de veículos a gás natural	0	0	0	0	
13.7	Quantidade de veículos híbridos	0	0	0	0	
13.8	Quantidade de veículos elétricos	0	0	0	0	
13.9	Quantidade total de veículos	37	37	37	0	
13.10	Quantidade de veículos de serviço	35	23	11	-68,57%	
13.11	Quantidade de veículos para transporte de magistrados	2	14	14	600,00%	
13.12	Gasto com manutenção de veículos (R\$)	R\$94.565,62	R\$ 89.433,79	R\$ 62.452,42	-33,96%	
13.14	Gastos com contratos de motoristas (R\$)	0	0	R\$ 413.017,68		

ANÁLISE E AÇÕES

- **Observação:** A quilometragem informada nos anos de 2015 e 2016 pode não corresponder à realidade por falta de parametrização da frota. Tal problema foi solucionado em 2017, de forma que foram fornecidos dados mais precisos.
- A Comissão do TRT 18ª foi reestruturada, retirando de circulação os veículos com baixo desempenho e alto consumo de combustível, o que se reverteu em redução expressiva no consumo de combustível, na ordem de 24,20%.

14	Combustível					
14.1	Consumo de gasolina (litros)	52.623,63	46.225,74	39.886,29	-24,20%	OBJETIVO:
14.2	Consumo de etanol (litros)	0	162	112,49	-162,00%	

14.3	Consumo de diesel (litros)	11.095,94	4.711,78	8.515,01	-23,26%	Racionalizar o uso de veículos e o consumo de combustíveis, reduzindo gastos e contribuindo para a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera.
14.4	Consumo de gás natural (litros)	0	0	0	0	
14.5	Consumo relativo de álcool e gasolina (14.1+14.2/13.2+13.3+13.4+13.7)	1594,66	1594,65			
14.6	Consumo relativo de diesel (14.3/13.5)	2773,99	942,35	4.257,51	53,78%	
14.7	Consumo relativo de gás natural (13.4/12.6)	0	0	0	0	

ANÁLISE E AÇÕES

- O objetivo de racionalizar o uso de veículos e o consumo de combustíveis foi atingido, com o expressivo índice de redução de 24,20% no consumo de gasolina e de 23,26% no consumo de diesel. Tal índice deve-se, sobretudo, à reestruturação da frota, retirando de circulação os veículos com baixo desempenho e alto consumo de combustível.
- A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável avalia a estipulação de metas para os anos seguintes quanto aos indicadores de consumo de combustível.

15	Qualidade de vida					
15.1	Participação em ações de qualidade de vida (participantes)	1.038	2370	1832	76,49%	OBJETIVO: Proporcionar a valorização, satisfação e inclusão de magistrados e servidores do TRT18ª com ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
15.2	Quantidade de ações de qualidade de vida	8	18	14	75,00%	
15.3	Participações em ações solidárias	718	462	627	-12,67%	
15.5	Quantidade de ações solidárias	3	1	3	0	
15.6	Ações de inclusão	2	11	5	150,00%	

						METAS: 1. Atingir a participação de 30% do público-alvo do Programa de Preparação para a Aposentadoria para magistrados e servidores até 2020. (Em 2015 – atingiu 33%) 2. Realizar, no mínimo, 2 ações de inclusão para servidores com deficiência por ano, durante a vigência do plano. (Em 2015- meta cumprida) 3. Alcançar média superior a 7 na avaliação de reação do Curso de Inteligência Emocional, em cada edição, no item “Numa escala de 1 a 10, qual a nota que você atribui ao curso”. (2015 – média 9,21) 4. Alcançar média superior a 7 na avaliação de reação do Curso de Gerenciamento do Tempo, no
--	--	--	--	--	--	--

						item “Numa escala de 1 a 10, qual a nota que você atribui ao curso”. (2015 - Não teve o curso). 5. Alcançar participação de 70% dos adolescentes trabalhadores, anualmente, nas oficinas oferecidas. 6. Atingir participação de 5% dos servidores lotados na capital, anualmente, nas ações da Semana do Servidor.
--	--	--	--	--	--	---

ANÁLISE E AÇÕES

- Ações consideradas bem-sucedidas em 2017 continuarão em 2018, a saber:
- Promover o Programa de Preparação para a Aposentadoria, voltado para magistrados e servidores que completarão algum critério para aposentadoria voluntária ou compulsória, ou que já as tenha implementado dentro dos próximos quatro anos ou que também estejam em licença para tratamento de saúde há pelo menos um ano (§ 1º do art. 188 da Lei nº 8.112/90) ou que tenham se aposentado no último ano, em atenção a Resolução CSJT nº 132/2013.
- Realizar ações de Inclusão e sensibilização sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, por meio das ações da Comissão Permanente de Acessibilidade.
- Realizar Curso EAD sobre “Gerenciamento do Tempo”, com carga horária de 15hs, com o objetivo de fornecer ferramentas práticas para a gestão eficiente do tempo na vida pessoal e no trabalho, por meio do estudo conceitual do tema e da aplicação efetiva de técnicas para economia e melhor uso do tempo, promovido pela Escola Judicial.
- Formação em Etiqueta Profissional, oferecida para os Adolescentes Trabalhadores, com oficinas quinzenais, sobre atitudes e comportamentos no trabalho, com vistas ao aprimoramento do desempenho laboral.

- Promover a Semana do Servidor e a Corrida do TRT, por meio da Coordenadoria de Comunicação Social e do Cerimonial.

16 Capacitação socioambiental						
16.1	Ações de capacitação e sensibilização	3	5	4		OBJETIVO: Sensibilizar e capacitar o corpo funcional e, quando for o caso, a força de trabalho auxiliar em relação a temas socioambientais e às metas previstas neste PLS. META: Realizar pelo menos um curso anual de capacitação em temas socioambientais, na plataforma EAD, destinado a magistrados e servidores, por meio da Escola Judicial.
16.2	Participação em ações de sensibilização e capacitação (participantes)	557	1.157	1.070		

ANÁLISE E AÇÕES

- A ação foi considerada bem-sucedida, com grande adesão, e será mantida em 2018: Elaborar e realizar curso a distância com tutoria em temas socioambientais na plataforma EAD.
- Dar continuidade à inclusão de palestras sobre as ações sustentáveis e sobre este PLS-PJ durante as atividades de ambientação de novos servidores.

- Produzir material de divulgação do Plano de Logística Sustentável, inclusive matérias jornalísticas publicadas na Intranet sobre ações internas e externas do Tribunal na área socioambiental.